



A FORMA MILICIANA E O ESPAÇO-TEMPO DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

Marcio Rufino Silva¹

RESUMO

A realidade urbana e metropolitana tem sido uma das tônicas mais relevantes dos debates e práticas que pautam os ritmos do mundo contemporâneo. Nesse sentido, compreendemos que um jogo de escalas, variando da mundialidade até a localidade dos fenômenos, perfaz uma relevante trama analítica no desvendamento da realidade econômica, social e política do mundo atual. Considerando essas asserções, este artigo almeja trazer elementos teóricos, analíticos, metodológicos e epistemológicos para compreender a afirmação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e, mais especificamente, do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (OMRJ), em uma complexa arquitetônica espaço-temporal de longa duração. Desse modo, esta proposta almeja mapear o espectro, no âmbito da vida cotidiana, das formas sociais críticas desdobradas do “curto-circuito metropolitano” e da “modernização retardatária” no OMRJ. Considerando que, em nossa acepção, essa região se apresenta hoje como um “laboratório” social avançado do que denominamos constituir-se como a “forma miliciana”, apresentamos, na proposta submetida, cinco hipóteses que lastreiam tal concepção e que indicam, para estudos futuros, a abertura de novos campos de estudos que possam contribuir com o debate, a partir da Geografia, sobre os territórios da criminalidade, em suas múltiplas manifestações no tecido social contemporâneo.

Palavras-chave: forma miliciana, Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, modernização retardatária.

ABSTRACT

The urban and metropolitan reality has been one of the most relevant focal points in the debates and practices shaping the rhythms of the contemporary world. In this sense, we understand that a play of scales — ranging from globality to the locality of phenomena — constitutes a significant analytical framework for unveiling the economic, social, and political reality of the present world. Based on these assertions, this article aims to bring theoretical, analytical, methodological, and epistemological elements to understand the formation of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ), and more specifically, the Metropolitan West of Rio de Janeiro (OMRJ), within a complex long-term spatial-temporal architecture. Thus, this proposal seeks to map, within the scope of everyday life, the spectrum of critical social forms arising from the “metropolitan short-circuit” and “late modernization” in the OMRJ. Considering that, in our sense, this region presents itself today as an advanced social “laboratory” of what we call to constitute as the “militia form”, we present, in the submitted proposal, five hypotheses that support such conception and indicate, for future studies, the opening of new fields of studies that can contribute to the debate, from Geography, on the territories of crime, in its multiple manifestations in the contemporary social fabric.

Keywords: militia form, Metropolitan West of Rio de Janeiro, late modernization.

¹ Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: marciorufis@ufrj.br.

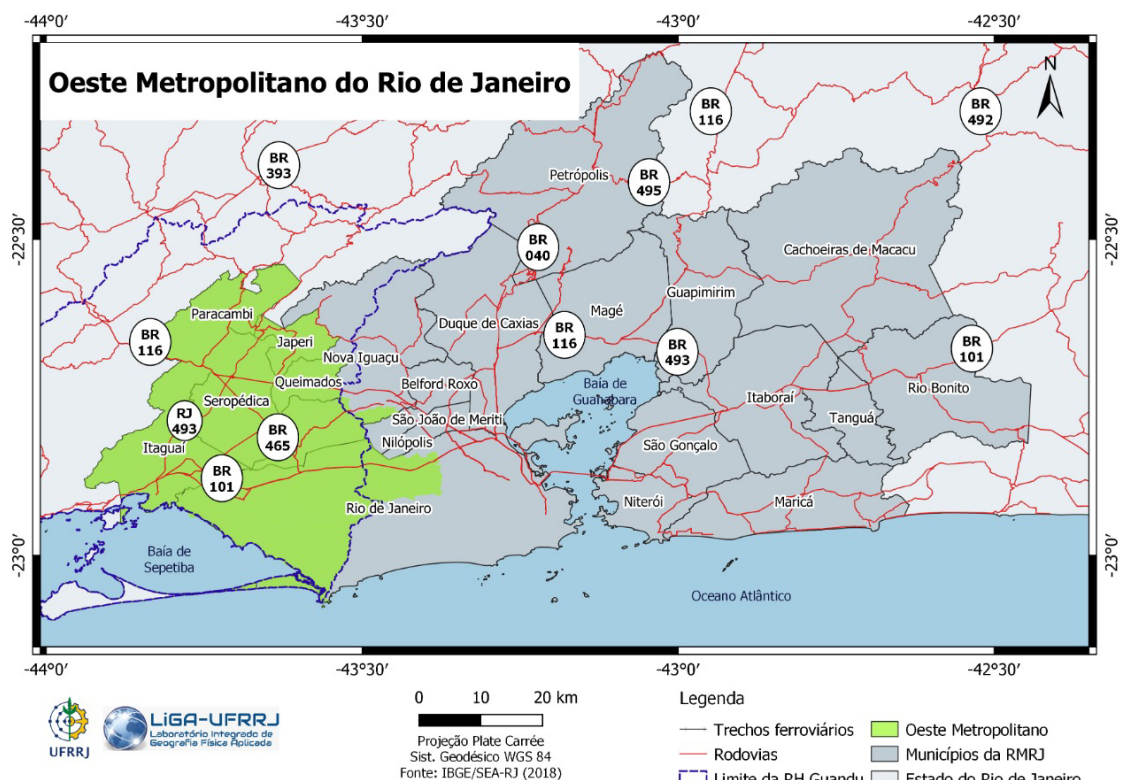


INTRODUÇÃO

No Brasil, sobretudo nas últimas cinco ou seis décadas, a atuação de grupos criminosos nos diversos territórios tem escalado a níveis cada vez mais elevados. Na metrópole do Rio de Janeiro, em especial, um desses grupos tem consolidado ainda mais a sua presença e ramificação nos diversos momentos e atividades da produção e reprodução sociais: trata-se, aqui, das *milícias*. Considerando essa situação, este artigo vem apresentar uma hipótese, que é a do surgimento e consolidação do *espaço geográfico da forma miliciano*, tendo o seu *locus* de atuação primordial o *Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (OMRJJ)* (Silva, M., 2024a).

A abrangência do recorte regional citado corresponde, em nossa acepção, à boa parte da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro (mais especificamente, a totalidade Área de Planejamento 5, segundo os documentos oficiais do referido município), parte de Nova Iguaçu (áreas lindeiras à Rodovia RJ-105 [conhecida popularmente como “Estrada de Madureira”], envolvendo os bairros “Km 32”, Prados Verdes e Cabuçu) e à área total dos municípios de Seropédica, Paracambi, Itaguaí, Queimados e Japeri (Silva, M., 2020).

Mapa 1: Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro.



Fonte: Silva, M., 2020.



Tal regionalização assume, como critério essencial, a primazia da dimensão político-administrativa. O arranjo administrativo intitulado *Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)* foi fruto, em termos institucionais, de uma política e, consequentemente, uma legislação de cunho nacional que, a partir de 1973, consolidou tais regiões metropolitanas como unidades de planejamento atreladas a uma perspectiva urbano-regional de desenvolvimento do território nacional (Ribeiro, 2018; Faria e Rezende, 2017; Marafon e Ribeiro, 2017). Ao mesmo tempo, no âmbito especificamente local, na RMRJ, incorporou-se uma dimensão particular a essa região, advindas justamente do redesenho das escalas e hierarquias político-administrativas em âmbito nacional: de capital do Brasil durante 200 anos (1763-1960), o atual município do Rio de Janeiro converte-se em Estado da Guanabara durante 15 anos (1960-1975) e, em seguida, ocorre um conturbado processo de “fusão” (ou, conforme alguns autores, “anexação” ou “incorporação”) deste ao antigo Estado do Rio de Janeiro, consolidando o quadro institucional contemporâneo: o Rio de Janeiro, visto hoje como um “município qualquer”, vinculado ao Rio de Janeiro, um “estado qualquer” (Lynch, 2017), abriga ainda hoje a sede de inúmeras instituições estaduais e federais e, ao mesmo tempo, sofre há décadas as agruras de uma aguda e crônica crise social, econômica e política. Embora sejam literaturas de ordens e tendências diversas, não faltam testemunhos dos traumas advindos dessa complexa arquitetônica político-institucional (Motta, 2000, 2001 e 2004; Lessa, 2000), bem como dos desafios da gestão, do planejamento e do desenvolvimento desse intrincado território (Osório et al, 2015; Sobral, 2013; Tangari et. al, 2012; Silva, O. 2018; Ribeiro, 2015; dentre tantos outros), sobretudo diante da conhecida crise social local e sua profundidade e visibilidade, bem como o caráter “pioneiro” de seus efeitos diante de outras metrópoles do país, segundo outros autores.

METODOLOGIA

Essa proposta se baseia em uma pesquisa que vem sendo realizada há quase dez anos, em múltiplas instâncias institucionais. Desde o início, quanto ao arcabouço epistemológico, dialogamos fundamentalmente com a perspectiva marxista-lefebvriana (referente a Marx e Lefebvre, em várias de suas obras), incorporando a literatura dos membros da Internacional Situacionista (Debord, entre outros) e da crítica do valor-dissociação (Kurz e Jappe, principalmente). A partir desse referencial básico, aportamos a leitura de outros autores e escolas que sugerem as temáticas aprofundadas ao longo da pesquisa.

Quanto aos procedimentos metodológicos, essa investigação mobilizou revisão bibliográfica, consulta a fontes primárias e secundárias, levantamento de dados qualitativos e



quantitativos e realização de trabalhos de campo de modo individual e coletivo, em Seropédica e municípios vizinhos.

Quanto ao levantamento de material escrito, investigamos documentos e fontes diversas em arquivos públicos, referentes à história e à historicidade da constituição genética das localidades. Consultas periódicas a veículos da mídia tradicional e/ou alternativa, em grandes ou pequenos meios, também tem feito parte do nosso procedimento de levantamento de fontes primárias.

Além disso, a nossa participação em fóruns, conselhos, coletivos e demais associações locais e regionais, também garantiram e seguirão garantindo largo espaço para as nossas interlocuções e parcerias. Todo esse processo se consolidou em textos e produtos cartográficos publicados na forma de livros e artigos acadêmicos, bem como a participação e a organização de eventos nacionais e internacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em artigo recente (Silva, M., 2024a), aprofundamos algumas questões atinentes aos critérios dessa proposta de regionalização, enfatizando as determinações político-administrativas.² Essa região, que em dado momento nos ocorreu como um “arte-fato” regional

² O Projeto de Lei Estadual nº 2.743, de novembro de 2001, apresentado à Assembleia Estadual do Rio de Janeiro (ALERJ) pelo então deputado Paulo Ramos (PDT), sugeria, segundo a ementa do texto, “a incorporação do território compreendido entre os quilômetros 32 e 39 da antiga Estrada Rio-São Paulo e o Jardim Paraíso – Estrada de Madureira, até o limite do Rio Ipiranga, no município de Nova Iguaçu, ao município do Rio de Janeiro, na forma que menciona”. Esses bairros correspondem, grosso modo, ao “pedaço” do atual território de Nova Iguaçu que incluímos no OMRJ. Na justificativa do projeto, é relatado o seguinte: “[...] o que a Comunidade busca em verdade é o retorno da região compreendida entre os quilômetros 32 e 39 da antiga Estrada Rio-São Paulo e o Jardim Paraíso (Estrada de Madureira, até o limite do Rio Ipiranga, Distrito de Cabuçu – Nova Iguaçu) ao Município do Rio de Janeiro, pois no imaginário de todos os moradores daquela Região, o relacionamento mais normal é com a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente o Bairro de Campo Grande. Os moradores daquela região buscam no Bairro de Campo Grande diversão, trabalho, educação, saúde etc. Em Campo Grande é onde começam as baldeações no sistema de transportes: descer dos ônibus que passam pela antiga Estrada Rio-São Paulo e pegar o trem ou outro ônibus com destino ao centro da Cidade do Rio de Janeiro; sendo comum, inclusive, os moradores dizerem que residem em Campo Grande. Pode-se observar, também, que a época de ouro da agricultura desta Região é semelhante à da Zona Oeste, tendo na cultura da laranja o seu ponto alto, referendado pelos recentes monumentos construídos em Campo Grande em homenagem a esta época áurea. Não existe por parte dos moradores daquela Região, nenhuma relação formal com o Município de Nova Iguaçu, a não ser no pagamento dos tributos municipais, que não encontra retorno em obras de infra-estrutura, que propiciem uma melhoria de vida para a população.” A seguir, o texto faz menção à precariedade de várias infraestruturas públicas nesses bairros (no que tange à educação básica, à rede de mobilidade urbana, ao urbanismo, à saúde, ao saneamento básico e outros) e, ao final, cita as outras emancipações ocorridas a partir do antigo território de Nova Iguaçu entre 1943 e 1991, pontificando que esses movimentos “se deveram, principalmente, pelo **abandono** e pelo **descaso da Prefeitura de Nova Iguaçu** para com as suas áreas periféricas e para com a população dessas áreas” (grifos do autor). Esse mesmo projeto foi submetido à ALERJ quatro anos depois, pelo mesmo parlamentar, sob o número 2.346/2005. Em suma, é bastante significativo que esse movimento, ainda que não tenha efetivamente conquistado o seu pleito, confirme muitas de nossas impressões sobre a efetividade dessa região, o OMRJ. Para completar o quadro que, segundo nosso julgamento, **reforça** a nossa proposta de regionalização, recentemente, a administração municipal do Rio de Janeiro criou a “Zona Sudoeste”, separando as regiões administrativas de Barra da Tijuca,

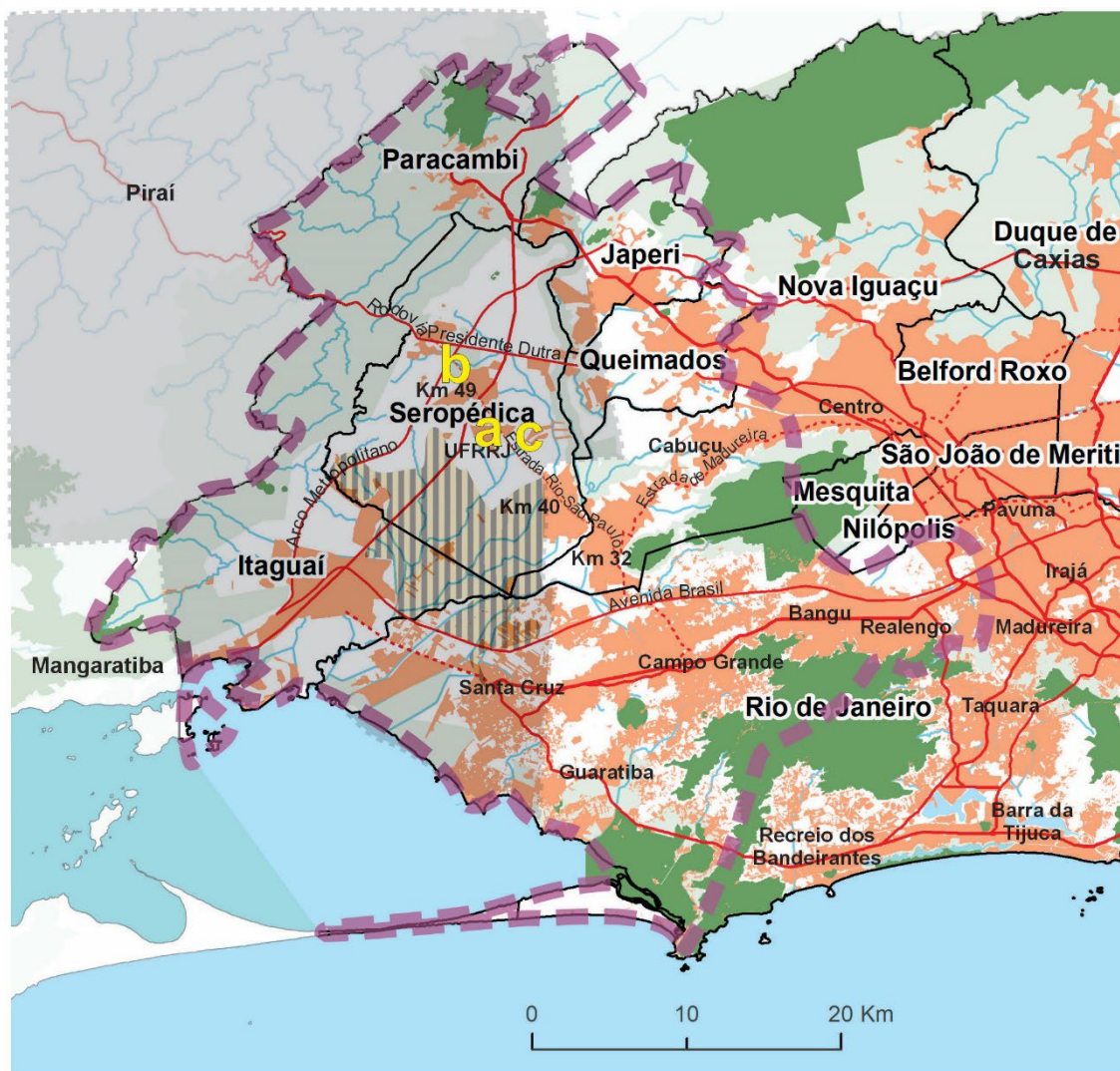


(Haesbaert, 2010: 170), nos revelava que sua constituição sociopolítica, no âmbito de uma história de muito longa duração (ou seja, partindo do Brasil Colônia, com a presença histórica da *Fazenda Santa Cruz*, até os dias atuais), trazia elementos críticos profundamente atrelados à vida social contemporânea.

Jacarepaguá e Cidade de Deus oficialmente da antiga “Zona Oeste”, que passa a abrigar, depois dessa “separação”, apenas as regiões administrativas de Bangu, Realengo, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Mais informações em: G1. **Zona Sudoeste vira lei:** Paes sanciona projeto que separa Barra da Tijuca e bairros vizinhos da Zona Oeste do Rio. 9 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/09/09/zona-sudoeste-paes-sanciona-lei.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2025.



Mapa 2: Fazenda Nacional e Núcleo Colonial de Santa Cruz.



-  Mancha de Ocupação Metropolitana
-  Unidades de Conservação de Proteção Integral
-  Unidades de Conservação de Uso Sustentável
-  Limites do OMRJ
-  Fazenda Nacional de Santa Cruz (limites de sua extensão máxima)
-  Núcleo Colonial de Santa Cruz (1963)

- a. UFRRJ (campus Seropédica), Pesagro e Embrapa Agrobiologia
- b. Floresta Nacional (Flona) Mário Xavier
- c. Bairro Ecologia

Fonte: Silva, M., 2024a e 2024b.

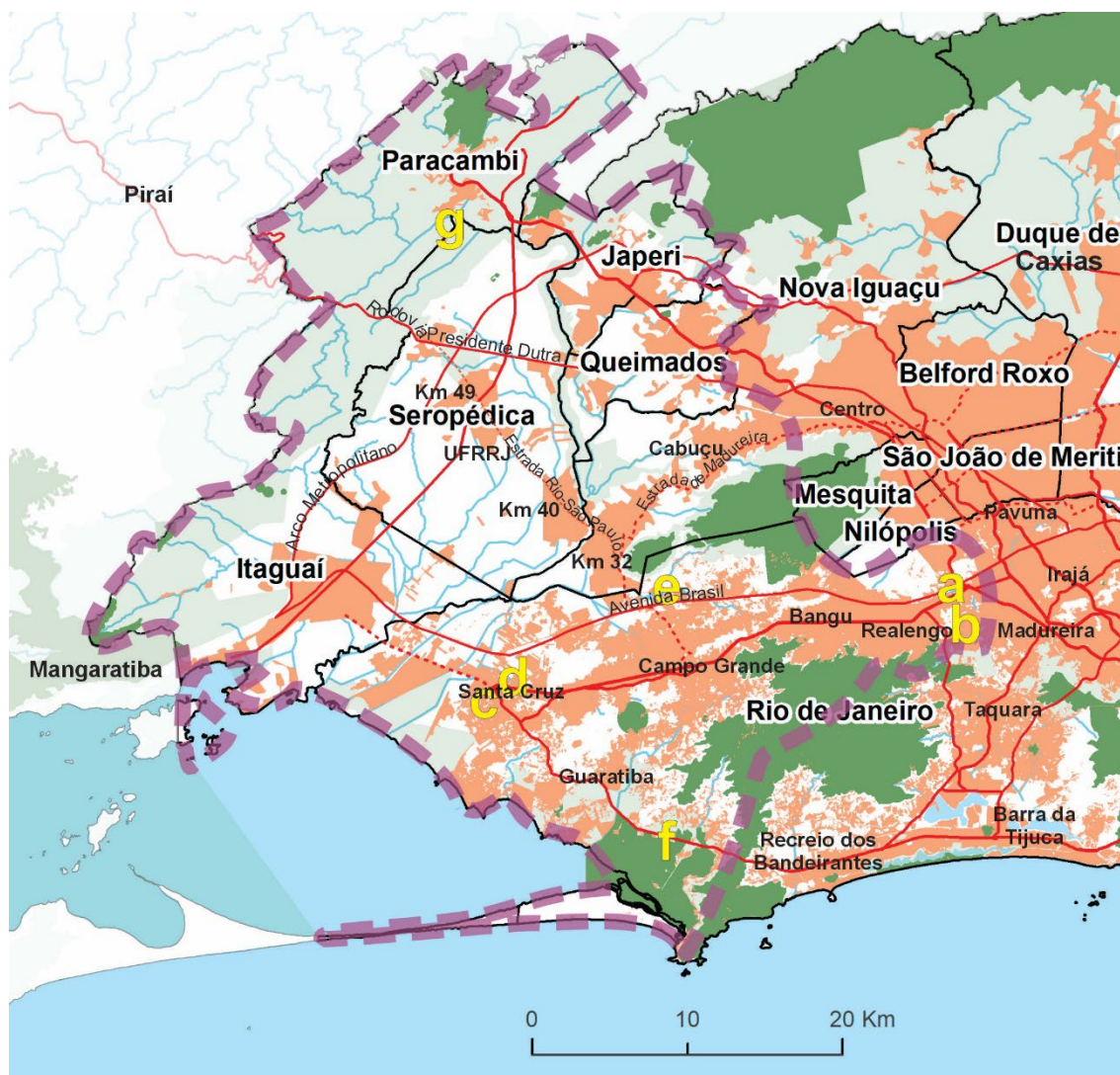


Eis uma das principais aquisições deste ciclo de pesquisas sobre as dinâmicas do OMRJ: esse *espaço geográfico da forma miliciana* nasceu dos escombros de um processo de *modernização retardatária* (Kurz, 1996 [1991]) tocado a fundo no Brasil, em distintos momentos dos séculos 20 e 21, enquanto uma semiperiferia do capitalismo global e, em especial, promovido igualmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e no seu Oeste Metropolitano. A partir dessa acepção, constituímos cinco hipóteses, apresentadas a seguir.

- a) **A *forma miliciana*, ou como poderíamos denominar, uma espécie de *capitalismo miliciano*, estão evidentemente entranhados em seu contexto espaço-temporal.** Essa hipótese considera a condição da *capitalidade* do atual núcleo da RMRJ (1763-1960), o município do Rio de Janeiro, e a consolidação de uma primazia e certo descompasso nos padrões de desenvolvimento urbano e econômico entre o núcleo (e a cidade de Niterói, capital do antigo Estado do Rio de Janeiro [1834-1975]) e os demais municípios da RMRJ. Desse modo, as áreas inscritas como “periferias” metropolitanas chegam a distar 60 ou 70 km da região central do núcleo.
- b) **A presença de equipamentos e dispositivos territoriais militares no OMRJ operam, de certo modo, uma economia política do espaço atrelada a uma forma peculiar de colonização da vida cotidiana.** Ao longo da Avenida Brasil, em seu trecho da Zona Oeste do MRJ, é destacada também a presença de equipamentos militares, como nos bairros da *Vila Militar*, entre Deodoro e Magalhães Bastos, e *Campo dos Afonsos*, entre os bairros de Bento Ribeiro, Jardim Sulacap e Vila Valqueire. Uma geografia da presença militar na RMRJ, em especial no OMRJ, anunciada em importantes estudos pretéritos (Fernandes, 2006) e presentes, e ainda a ser aprofundada em muitos aspectos, pode desvendar muitas formas e conteúdos próprios dos dispositivos locais de controle e colonização da vida cotidiana.



Mapa 3. Equipamentos e dispositivos territoriais militares no OMRJ (2024)



- Mancha de Ocupação Metropolitana
- Unidades de Conservação de Proteção Integral
- Unidades de Conservação de Uso Sustentável
- Limites do OMRJ
- a. Vila Militar
- b. Campo dos Afonsos
- c. Base Aérea de Santa Cruz
- d. 1º Batalhão de Engenharia de Combate
- e. Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (CIAMPA)
- f. Centro Tecnológico do Exército
- g. Depósito Central de Munição do Exército

Fonte: Silva, M., 2024a e 2024b.

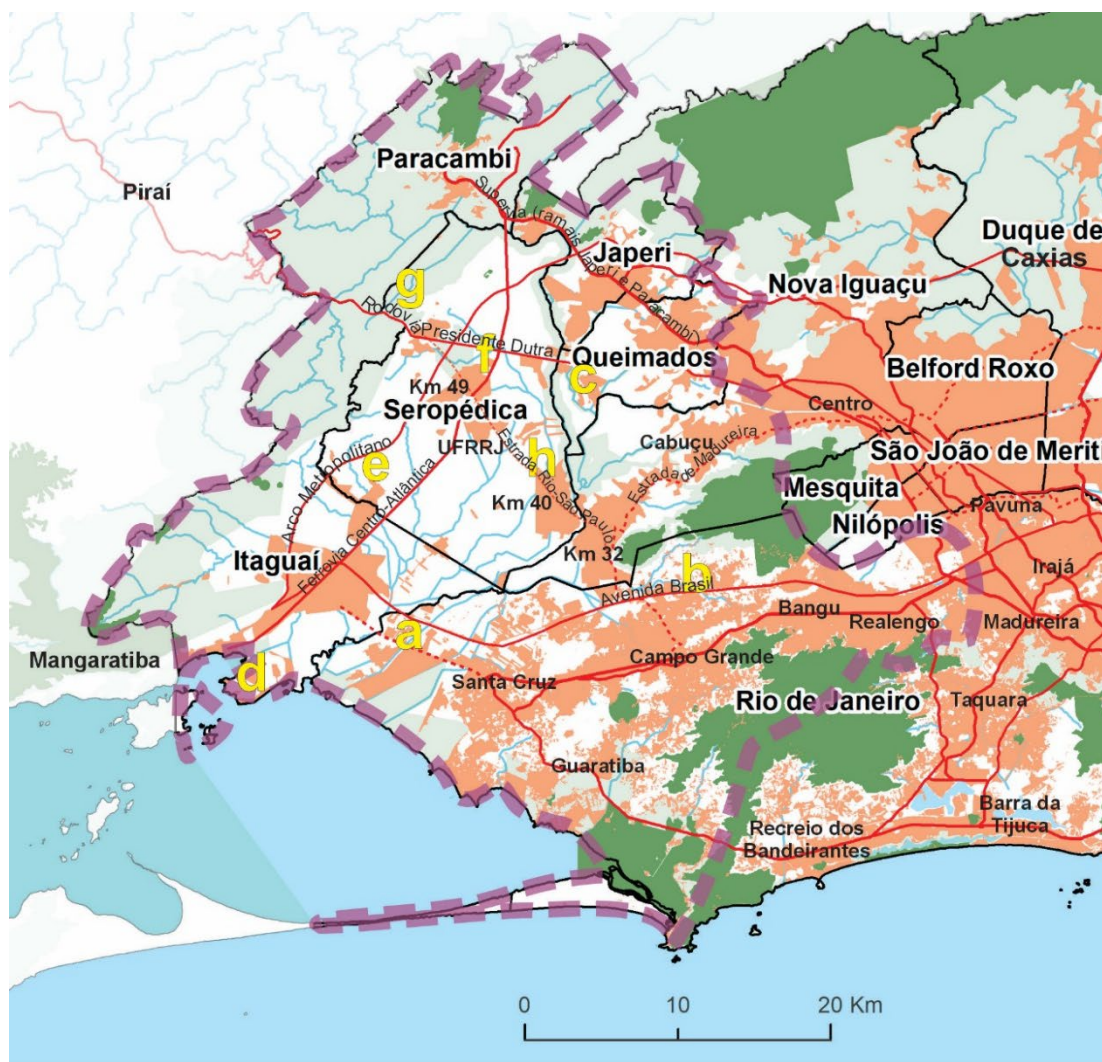


ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

- c) **Uma geografia econômica da reestruturação territorial-produtiva revela as dinâmicas contemporâneas da industrialização e da profusão recente de equipamentos logísticos no OMRJ, no âmbito da reprodução crítica do capital.** O OMRJ é prolífico na composição de espaços econômicos típicos da era da chamada “acumulação flexível” (Harvey, 2005 [1989]). Estudos recentes (Oliveira, L. et. al., 2020; Oliveira, P., 2017) têm exposto os termos de uma industrialização renovada nessa região, considerando que essa indústria, por sua vez, pouco cumpre efetivamente suas eventuais promessas de desenvolvimento dito “sustentável”, econômico e social local. No entanto, essa industrialização mobiliza grandes negócios e, de certo modo, desloca parte significativa do eixo econômico-produtivo da RMRJ para oeste.

Mapa 4. Equipamentos industriais e logísticos no OMRJ (2024)



- Mancha de Ocupação Metropolitana
- Unidades de Conservação de Proteção Integral
- Unidades de Conservação de Uso Sustentável
- Limites do OMRJ
- a. Distrito Industrial de Santa Cruz
- b. Distrito Industrial de Campo Grande
- c. Distrito Industrial de Queimados
- d. Porto de Itaguaí
- e. Central de Tratamento de Resíduos (CTR) Santa Rosa
- f. VBL Log Seropédica
- g. Concentração industrial em Santa Alice, Seropédica (Rodovia RJ-127)
- h. EPZ Seropédica (projeto anunciado em 2022)

Fonte: Silva, M., 2024a e 2024b.



- d) **O esgarçamento da forma política, na RMRJ, ensejou várias emancipações municipais ao longo da década de 1990 e, simultaneamente, fez explodir o expediente da *milicianização* da política, via fragmentação do território e composição renovada de um território economizado.** A emergência de uma forma política esgarçada, com um Estado que se converte, paulatinamente, em um verdadeiro *administrador da barbárie*, e que concretiza, em níveis estratosféricos, a máxima da privatização aliciada no entremeio da neoliberalização contemporânea. Essa privatização recai sobre formas “terceirizadas” de comando sociopolítico ou, até mesmo, na aparência e/ou na essência, de perspectivas “pós-estatais” (Botelho, 2020, p. 132-133): retirando-se o moderno “Estado democrático de direito”, típico de um capitalismo igualmente moderno, entra em cena um amontoado de poderes micro e macroscópicos, advindos de diferentes vetores e matizes, por dentro e por fora do Estado, igualmente atinentes a uma administração da vida como um todo.
- e) **O Rio de Janeiro, enquanto “caixa de ressonância” do Brasil, parece mobilizar-se como um grande laboratório social da forma *milicianiana*.** Indicamos que essa *forma milicianiana* se move a partir dos elementos indicados nas hipóteses apresentadas acima: *urbanização crítica* (Damiani, 2004; 2008), coalhada de dispositivos de um crescimento urbano “periférico” que recompõe centralidades complexas tanto no campo da produção quanto na realização do valor; *esgarçamento da forma política*, por intermédio da luta por emancipações municipais no passado e, no presente, pela *colonização da política* e instituição de uma estrutura *narcomilicianiana* nos poros das institucionalidades locais; *mobilização de elementos territoriais militares* como expediente da colonização do cotidiano. Em nosso entendimento, as hipóteses apresentadas acima conformam as “camadas” e o “emaranhado” desse tecido socioespacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O OMRJ e a *forma milicianiana*, cujo *território* se constitui profundamente estratégico e *economizado* em sua efetividade, só pode revelar a produção de um espaço adequado a esse propósito. Quanto aos grupos milicianos, consideramos urgente um debate mais amplificado sobre a sua atuação, sobretudo em suas estratégias francamente *territorialistas*. Para esses grupos, o espaço é, de fato, uma estratégia, e os mapas acima, de certo modo, ajudam a decifrar tais estratégias do espaço, como *território economizado*. Morfologias e conteúdos da urbanização, em seu estágio crítico, são mobilizados para essa maquinaria contemporânea, em



que um dinheiro global sem lastro busca formas possíveis de extrair, o quanto possível, o maior valor social, via condicionamento e coerção da vida cotidiana, em *todos* os seus momentos. Analiticamente, considerando especificamente as formas sociais abstratas necessárias à forma contemporânea da reprodução das relações sociais de produção (Lefebvre, 2002 [1973]), partimos da atuação territorial dessa atividade criminosa; tal procedimento recompõe, metodologicamente, o veio fundamental da urbanização vigente, própria de uma modernização retardatária (Kurz, 1996 [1991]), reveladora dos limites de nosso tempo.

A modernização de caráter retardatário pode ser decifrada a partir das hipóteses anunciadas no texto: articulando o espaço-tempo de formas exclusivas e institucionais de propriedade (a presença histórica da Fazenda Santa Cruz) e os ritmos da urbanização do OMRJ, os traços do urbanismo militar e da recente reestruturação territorial-produtiva, o esgarçamento político-administrativo e as formas colonizadoras da religiosidade popular, o que temos à mão é uma territorialidade *explosiva*, em múltiplas direções, reveladoras das dinâmicas críticas do urbano brasileiro contemporâneo e suas novas morfologias socioespaciais.

Cumprе destacar, ainda, que as apresentações e debates desenvolvidos nas sessões do Grupo de Trabalho “Geografia do Crime e da Violência”, ao longo do evento, trouxeram importantes encaminhamentos para as pesquisas presentes e futuras sobre a relação entre a criminalidade, a violência e a (re)produção do espaço, em âmbito nacional e internacional. Ou seja, ao longo desses debates, ficou nítido o quanto a Geografia pode contribuir para o avanço da compreensão e mesmo para o enfrentamento dessa situação crítica, incorporando a crise do trabalho e a crise do valor como perspectivas teóricas necessárias à superação de um olhar particularizado ao “crime em si”. O aparato socioespacial e socioterritorial podem servir como poderosas ferramentas analíticas em todo esse processo.

Por fim, as hipóteses e os mapas apresentados neste texto expõem e auxiliam a compreender a extensão territorial e o caráter operatório do espaço como um dado estratégico à mobilização dessa forma social emergente, a *forma miliciana*, a partir de suas formas e conteúdos.



REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Maurilio Lima. Formas pós-estatais de desagregação social: evangélicos e milícias na Zona Oeste do Rio de Janeiro. In: ALCANTARA, Denise de e SILVA, Marcio Rufino (org.). **Reflexões em Desenvolvimento Territorial: limites, vivências e políticas no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e Geografia: observações de método**. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo. 2008. 414 p. Tese (Livre Docência em Geografia Urbana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DAMIANI, Amélia Luísa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Geografias de São Paulo 1: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. 4ª reimpr. São Paulo: Contraponto, 2003 [1967].
- FARIA, Rodrigo de e REZENDE, Vera F. (orgs.) **O Rio de Janeiro e seu desenvolvimento urbano**. O papel do setor municipal de urbanismo. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- FERNANDES, Nelson da Nobrega. Os militares e o espaço urbano do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. In: **Scripta Nova: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. X, núm. 218 (27), 1 de agosto de 2006. Disponível em <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-27.htm>.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005 [1989].
- JAPPE, Anselm. **A sociedade autofágica**. Capitalismo, desmesura e autodestruição. Lisboa: Antígona, 2019 [2017].
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 [1991].
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4^{ème} ed. Paris : Anthropos, 2000 [1974].
- LEFEBVRE, Henri. **La survie du capitalisme**. La reproduction des rapports de production. 3ª ed. Paris : Anthropos, 2002 [1973].
- LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Questão de urgência nacional. O Rio como (2º) Distrito Federal. In: **Insight Inteligência**. Ano XIX, nº 76, jan/fev/mar 2017, pp. 18-42.



- MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. (3 volumes, 5 tomos). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MOTTA, Marly Silva da. **Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MOTTA, Marly Silva da. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- MOTTA, Marly Silva da. **Saudades da Guanabara**. O campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de; GERMANO, André Luiz Nascimento; e PINHO, Miguel Alexandre do Espírito Santo. Crise, desenvolvimento e território: reflexões sobre o extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Rio de Janeiro, nº 18, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/cdf.2020.58822>.
- OLIVEIRA, Patrícia Mathias de. **Empreendedorismo Urbano Periférico: um estudo sobre os municípios da Borda Oeste Metropolitana do Rio de Janeiro**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto Multidisciplinar; Instituto de Ciências Humanas e Sociais e Instituto de Tecnologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.
- OSORIO, Mauro et. al. **Uma agenda para o Rio de Janeiro**. Estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **A metrópole em questão: desafios da transição urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2018.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.
- SILVA, Marcio Rufino. A forma miliciana e seus paradigmas no espaço-tempo do urbano na metrópole do Rio de Janeiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 23, 2024a. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2024.e23020>.
- SILVA, Marcio Rufino. Entre duas metrópoles: notas preliminares de uma experiência e um convite. In: **Continentes**, nº 5, jul./dez. 2014, pp. 162-176.
- SILVA, Marcio Rufino. O que pode o Estado: modernização retardatária e suas tramas socioespaciais no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro. In: PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; e OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Geografia, Desenvolvimento e Luta Política: leituras contemporâneas**. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2024b.



SILVA, Marcio Rufino. Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: debates sobre limites, fronteiras e territórios de uma região. **Espaço e Economia**, nº 19, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16343>.

SILVA, Oséias. **O ponto de ruptura**: reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. **Metrópole do Rio e projeto nacional**. Uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território. Rio de Janeiro: Garamond; FAPERJ, 2013.

TANGARI, Vera et al. (org.). **O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**. Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2012.